



A memória histórica dos Anos Dourados no Rio de Janeiro: Juscelino Kubitschek e a construção de Brasília

**Historical memory of the Golden Years in Rio de Janeiro:
Juscelino Kubitschek and the construction of Brasília**

**Celso Pereira de Sá
Denize Cristina de Oliveira
Rafael M. C. Pecly Wolter
Renata Vetere**
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Brasil

Resumo

O estudo teve como objetivo analisar a memória histórica da população da cidade do Rio de Janeiro sobre o Governo Juscelino Kubitschek e a construção de Brasília. As bases conceituais e teóricas da pesquisa empírica foram articuladas numa perspectiva psicossocial integrada de estudo da memória. Os participantes foram 450 moradores das diferentes zonas urbanas, distribuídos igualmente entre os sexos, entre as faixas etárias de 15 a 30, 40 a 55 e 65 a 80 anos e entre os níveis de escolaridade fundamental, médio e superior. A coleta dos dados foi feita através de tarefas de associação livre e de um questionário com perguntas fechadas e abertas. Os dados foram submetidos a uma análise estatística simples de distribuição de frequências. Os resultados evidenciaram semelhanças e diferenças entre as memórias das três gerações, que foram explicadas ou interpretadas nos termos da perspectiva psicossocial integrada.

Palavras-chave: memória social; história; política

Abstract

The aim of this study was to analyse the historical memory of Rio de Janeiro city's population about Juscelino Kubitschek's government and the construction of Brasília. The conceptual and theoretical bases for empirical research were articulated in an integrated psychosocial perspective in the study of memory. The participants were 450 residents of different urbane zones of Rio, which were distributed equally between the sexes, the age groups of 15 to 30, 40 to 55 and 65 to 80 years old, and the fundamental, intermediate and superior schooling levels. Data collection was accomplished through free association tasks and a questionnaire with closed and open questions. Data were submitted to a statistical analysis of frequency distribution. Results evidenced similarities and differences among memories of the three generations, which were explained or interpreted in terms of the integrated psychosocial perspective.

Keywords: social memory; history; politics

1. Introdução

Em boa parte do mundo, a década de 1950, que se seguiu ao fim da Segunda Guerra Mundial, foi caracterizada, segundo Hobsbawm (2004), por um clima político democrático e progressista, um razoável desenvolvimento econômico e transformações culturais



significativas. Por isso, os anos 50 têm sido sintetizados retrospectivamente sob o rótulo de “Anos Dourados”. No Brasil, este período apresentou um caráter bastante diverso tanto daquele que o antecedeu, a Era Vargas, quanto daquele que o seguiu, o Regime Militar. Começando com o segundo governo de Getúlio Vargas, democraticamente eleito, a década constituiu um interregno de legitimidade institucional, bem como de confiança e otimismo quanto ao futuro do país por parte dos seus cidadãos.

De fato, os Anos Dourados brasileiros presenciaram a realização de projetos ousados nos campos político e econômico, como o desenvolvimento da indústria automobilística e a construção da nova capital, Brasília, no governo de Juscelino Kubitschek. Em termos culturais, foi também nesse período que a Bossa Nova emergiu no cenário da música popular brasileira. No plano esportivo, recuperando o orgulho nacional ferido em 1950, o Brasil se tornou, pela primeira vez, campeão mundial de futebol. A década presenciou ainda um forte culto à beleza feminina, dentre cujas manifestações se encontravam os concursos de Miss Brasil e de Miss Universo.

Entre 2008 e 2010, quando se completavam 50 anos do término dos Anos Dourados, realizou-se, no âmbito do MEMORES¹, uma pesquisa sobre a memória social construída pela população do Rio de Janeiro acerca daquele período. Os focos específicos da pesquisa foram os seis marcos históricos mais abordados pela imprensa ao tratar do período: o Governo JK em si mesmo, pelo avanço político que representou em relação ao tumultuado segundo governo Vargas; o arrojado e polêmico processo de construção de Brasília e da transferência da capital; a fabricação e o consumo do “Fusca”, como ícone popular do desenvolvimento da indústria automobilística no país; o advento da Bossa Nova, na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, que alcançou o país e o mundo, como expressão musical própria dos Anos Dourados; a conquista pelo Brasil da Copa do Mundo de 1958, a primeira de uma série que tão valorizada pela sua população; e os concursos de Miss Brasil, que tiveram seu auge na década de 1950 e, depois, foram perdendo gradativamente o apelo popular. Os principais resultados da pesquisa relativos aos primeiros dois de tais marcos – Juscelino Kubitschek e Brasília – são apresentados e discutidos no presente artigo, enquanto aqueles relativos aos demais marcos são encontrados em Dias, Silva, Chalegre, Sá e Wolter (2011).

Seguem-se, pois, em sequência, a propósito das memórias históricas associadas de Juscelino Kubitschek e da construção de Brasília: (1) as considerações de ordem teórico-conceitual que informaram a pesquisa; (2) uma descrição sucinta do método e das técnicas utilizadas; (3) os resultados alcançados e sua discussão.

¹ MEMORES – Laboratório de Memórias e Representações Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.



2. Fundamentação teórica

Como resultado de uma seleção, exploração e articulação de contribuições teórico-conceituais de diferentes origens disciplinares, Sá (2005, 2007, 2009) propõe as seguintes orientações para a caracterização do domínio de estudos psicossociais da memória: (1) uso da “memória social” como um “termo guarda-chuva”, para designar o inteiro conjunto dos fenômenos psicossociais da memória; (2) definição de cinco princípios unificadores do campo da memória social da forma como supõe que o psicólogo social deva vê-lo; (3) mapeamento do campo nas sete diferentes instâncias da memória com as quais acredita que o psicólogo social deva lidar.

Assim, em primeiro lugar, considerando que um domínio de fenômenos ou de estudos deva ser identificado por uma designação genérica e abrangente, optou-se pelo termo “memória social”, porque este já parece estar recebendo tal preferência na literatura sobre a memória em sociedade. Nesse sentido, ao se falar em memória social, se estaria, em psicologia social, falando de um número de fenômenos não muito diferentes entre si, mas, até certo ponto, distinguíveis.

Em segundo lugar, os princípios que parecem capazes de unificar o campo de estudo psicossocial da memória, podem ser sinteticamente descritos da seguinte forma: (1) a memória tem um caráter socialmente construtivo, e não meramente reprodutivo das experiências passadas; (2) são as pessoas que se lembram e se esquecem, embora o que ou como se lembram e se esquecem seja determinado pela sociedade, pela cultura e, em especial, pela linguagem; (3) a construção da memória se dá através da interação e da comunicação sociais; (4) lembranças e pensamentos estão imbricados nos fenômenos de memória social; (5) motivação, afeto e sentimento desempenham um papel na construção da memória social. Não se trata de proposições novas, pois todas elas se encontram presentes, de uma forma ou de outra, nas obras de Halbwachs (1925/1994, 1950/1997) e de Bartlett (1932/1995), assim como nas de diversos autores contemporâneos.

A terceira linha proposta de sistematização do estudo psicossocial da memória consiste num mapeamento – não exatamente uma classificação – das “memórias da memória social”. Tomando algumas denominações clássicas e outras emergentes – e mantendo ou alterando seus sentidos originais –, são descritas sete instâncias da memória social: (1) memórias pessoais; (2) memórias comuns; (3) memórias coletivas; (4) memórias históricas documentais; (5) memórias históricas orais; (6) memórias práticas; (7) memórias públicas.

A “memória histórica” – privilegiada neste artigo – é entendida como uma “memória da história”, ou seja, uma memória de fatos, processos ou períodos que vieram a se tornar “históricos”. Para a sua construção contribuem: (1) tanto memórias coletivas quanto memória comuns e memórias pessoais; (2) tanto a história vivida quanto os testemunhos ouvidos; (3)



tanto documentos históricos *stricto sensu* quanto produções didáticas, midiáticas e artísticas posteriores.

A consideração da memória histórica como envolvendo outras instâncias da memória social se dá a partir das próprias definições destas: (1) memórias coletivas são “conjuntos de representações do passado que um grupo produz, guarda, institucionaliza e transmite através da interação de seus membros” (Jedlowski, 2000, p. 125); (2) memórias comuns são formadas pelas lembranças de pessoas que, expostas aos mesmos fatos e informações, deles guardam as mesmas lembranças, embora não cheguem a elaborá-las coletivamente; (3) memórias pessoais se referem ao próprio passado das pessoas que se lembram, mas envolvem também os fatos sociais e históricos de que tenham participado.

É comum chamar de “memória” aos registros e traços do passado – ou seja, documentos, em um sentido amplo – acessíveis em museus, bibliotecas, monumentos, prédios históricos, sítios arqueológicos, etc. Na perspectiva psicossocial, entretanto, somente quando tais documentos são de alguma forma “mobilizados” (lidos, visitados, apreciados ou apenas referidos) por pessoas e grupos sociais concretos é que se estaria frente a um fenômeno de “memória histórica documental”. A esta exigência psicossocial se associa uma ampliação da noção de documento, no sentido de abarcar também como fontes da memória histórica os manuais escolares de história, a mídia e produções culturais diversas, como os filmes cinematográficos.

O estudo de memórias históricas documentais pela psicologia social da memória exige, pois, que, dada uma população e um fato, processo ou período histórico: (1) sejam identificadas as fontes documentais de conhecimento histórico disponíveis; (2) seja avaliado o grau de “mobilização funcional” da população em relação a tais documentos; (3) e, como convém a qualquer pesquisa de natureza psicossocial, seja dada a palavra a membros individuais da população, para que se evidencie como aquele fato, processo ou período é por eles socialmente percebido ou, mais propriamente, representado.

A descrição que se acaba de fazer da pesquisa psicossocial de uma memória histórica é ainda incompleta. Faltou considerar, dentre outros fatores, a circunstância de que uma população contemporânea é formada por diferentes estratos etários – ou coortes geracionais –, cujas relações com o passado podem variar bastante e, por isso mesmo, devem igualmente variar as memórias que eles terão construído sobre tal ou qual fato, processo ou período histórico.

Finalmente, embora não se possa desprezar a participação de memórias pessoais e de memórias comuns na constituição de uma memória histórica, cabe admitir que as memórias coletivas – por resultarem de negociações interativas nos grupos sociais – tenham uma participação mais importante na configuração psicossocial do passado histórico. É nesse sentido que, a partir da conceituação da memória coletiva como representação social do passado, privilegiou-se na pesquisa a teoria das representações sociais (Moscovici, 1976,



1984; Jodelet, 1984) e, em especial, a sua abordagem estrutural (Abric, 1994, 2000; Sá, 1996), segundo a qual o sistema central de uma representação é ligado à memória coletiva e à história do grupo que a construiu.

3. Objetivo e método

O objetivo da pesquisa consistiu em analisar, em termos psicossociais e sob uma ótica comparativa, a memória histórica dos Anos Dourados construída por diferentes estratos geracionais de habitantes da cidade do Rio de Janeiro. No presente recorte, as memórias estudadas foram a do período histórico em si mesmo, a do governo de Juscelino Kubitschek e a da construção de Brasília.

Os participantes da pesquisa consistiram numa amostra estratificada de 450 moradores das diferentes zonas urbanas da cidade do Rio de Janeiro, distribuídos igualmente entre “idosos” (faixa etária de 65 a 80 anos), que viveram a década de 50 quando eram jovens, “adultos” (40 a 55 anos), que nasceram ao final dos anos 50, mas deles podem ter recebido “ecos” no próprio ambiente familiar, e “jovens” (15 a 30 anos), que só conheceram os fatos dos Anos Dourados pela educação formal e através da mídia. As três amostras foram subdivididas igualmente entre os sexos e entre os níveis de escolaridade fundamental, médio e superior.

Os dados foram coletados através da aplicação de um questionário padronizado, com perguntas fechadas e abertas, ao qual foram associadas tarefas de associação livre aos termos indutores “Anos Dourados”, “Juscelino Kubitschek” e “Construção de Brasília”.

A análise dos dados do questionário, após a categorização das respostas às perguntas abertas, consistiu num tratamento estatístico de distribuição de frequências, envolvendo a comparação entre os três conjuntos etários. As respostas associativas foram tratadas com auxílio do *software* EVOC (Vergès, 2003) de análise de evocações, o qual, pela combinação dos critérios de frequência das palavras evocadas e do grau de importância a elas atribuídas pelos participantes, permite uma primeira distinção entre os elementos do sistema central e aqueles do sistema periférico de uma representação social.

4. Resultados e discussão

4.1. A memória dos Anos Dourados

O primeiro pedido feito aos participantes foi para dizerem o que lhes vinha à mente ao ouvir a expressão “Anos Dourados”. A análise das evocações levou ao levantamento dos sistemas centrais das representações que os diferentes grupos etários têm hoje acerca daquele período passado. Esses conteúdos representacionais – ou seja, os temas mais frequentemente



evocados e, ao mesmo tempo, considerados mais importantes – se mostraram bastante semelhantes nos três grupos. A musicalidade e a “curtição” (bailes e festas) do período foram temas privilegiados por todos. Mas encontrou-se uma diferença entre as gerações, pois, enquanto os idosos e os adultos se referiam também à “bossa nova”, na esteira do privilégio dado à música, os jovens evocavam de preferência o “rock”. Além disso, os adultos e os jovens, mas não os idosos, associaram os Anos Dourados ao termo “minissérie”.

Esta última evocação se refere, por certo, à minissérie intitulada “Os anos dourados”, produzida pela TV Globo, apresentada e reprisada algumas vezes. Esse resultado sugere que tal “documento”, sob a forma de produção cultural midiática, deve ter influído grandemente na construção da memória do período por parte daqueles que não o testemunharam, os adultos e jovens de hoje. Já os idosos de hoje, que eram jovens durante os anos 50, embora possam ter apreciado muito a minissérie (como é o caso do primeiro autor deste artigo), não a erigiram em fonte básica da sua memória do período como os outros.

Embora a música popular brasileira seja objeto específico de outro artigo, a evocação da bossa nova e do rock como elementos centrais das representações dos Anos Dourados enseja uma primeira interpretação sobre a construção da memória histórica. Ambos os gêneros surgiram no período estudado, mas o que mais se ouvia e se dançava então nos bailes e festas era o bolero. Isto ilustra bem a assertiva de que a memória não é uma reprodução do passado tal como ele se deu, mas uma construção sociocognitiva que se faz dele em função de interesses e necessidades do presente.

Além disso, a datação por anos e décadas é uma prática da história, à qual nem sempre a memória obedece. De fato, nesta pesquisa, a localização temporal dos Anos Dourados se mostrou bastante imprecisa. Mais do que uma quinta parte de todos os participantes não foi capaz de identificar qualquer período, ao mesmo tempo em que menos da metade dos idosos e dos adultos e apenas 30% dos jovens os reconheceram como os anos 50; e, dentre estes, foram mais numerosos os que elegeram os anos 60 (35%), não deixando de ser nisso acompanhados por 23% dos adultos e 21% dos idosos.

Esclarecidos de que foi a década de 50 que passara a ser chamada de Anos Dourados pelos historiadores e, em seguida, perguntados se sabiam o porque dessa denominação, quase 60% dos jovens e adultos, bem como 40% dos idosos, declararam não saber. Mas, em torno de 15% dos idosos, adultos e jovens disseram que isso se devia ao período ter sido “época de progresso, mudanças e realizações”, um percentual superior ao dos que atribuíram o epíteto a ela ter sido uma “época de alegria, festividade e glamour”. A esta caracterização, de caráter sociocultural, que prevalecera na evocação espontânea, somou-se, pois, o reconhecimento dos aspectos político-econômicos do período.

Assim, embora sem uma localização cronológica exata do período e sem um conhecimento rigoroso dos fatos históricos que o constituíram, os “anos” em questão estão presentes na memória da população contemporânea do Rio de Janeiro como tendo sido



“dourados” em vários sentidos. Em boa parte, tais diferenças de sentido se devem a condicionantes específicos da construção das memórias nas diferentes coortes geracionais. Isto pode ser já bem ilustrado pelo fato de que a memória dos anos 50 como uma “época boa de viver no Brasil” pelos idosos – que os viveram e, por isso, deles guardam memórias pessoais – foi o triplo da relatada pelos jovens e adultos, que de tais anos têm apenas memórias comuns, proporcionadas em especial pela mídia, e memórias coletivas, não apenas legadas pelos mais velhos, mas também construídas pela interrelação contemporânea das três gerações, como acentuado no tratamento dado à história do presente por Aróstegui (2004).

As considerações que acabam de ser feitas aplicam-se também – e talvez até de forma mais evidente, pois acerca de objetos mais específicos – às análises das memórias históricas do Governo JK e da construção de Brasília, relatadas a seguir.

4.2. A memória do Governo Juscelino Kubitschek

A análise das evocações livres face ao termo indutor “Juscelino Kubitschek ou JK” levou aos resultados apresentados no Quadro 1, no que se refere aos temas lembrados com maior frequência e, ao mesmo tempo, considerados os mais importantes, para serem associados a JK e ao seu governo. Tais temas constituem os mais prováveis elementos centrais da representação de JK por cada um dos grupos etários. Cabe, pois, compará-los, para identificar suas semelhanças e diferenças.

Quadro 1: Temas evocados com maior frequência e como mais importantes em resposta ao termo indutor “Juscelino Kubitschek ou JK” por diferentes grupos etários. N=450. Rio de Janeiro, 2010.

IDOSOS		ADULTOS		JOVENS	
Tema evocado	f	Tema evocado	f	Tema evocado	f
Brasília	70	Brasília	44	Brasília	85
Bom presidente	49	Presidente	20	Presidente	55
Presidente	27			Político / poder	19
Corajoso, empreendedor	23			Cinquenta anos em cinco	17

As semelhanças entre os três sistemas centrais parecem suplantar as suas diferenças. Em todos eles, a imagem de Juscelino está associada a “Brasília” e se encontra a alusão de que ele foi “presidente”, uma característica descritiva sem interesse para a pesquisa. Por outro lado, os qualificativos de “bom presidente” e de “corajoso/empreendedor” mostram-se centrais apenas na representação dos idosos, embora os jovens também acentuem a atuação política de JK e o seu lema desenvolvimentista.

A pesquisa da memória histórica não pode se restringir, entretanto, às associações espontâneas e imediatas que se façam em relação a um período, um fato ou um personagem.



De fato, solicitados de forma mais direta a lembrar se JK, como presidente do Brasil, fizera “mais coisas boas” ou “mais coisas ruins”, os três estratos etários apresentaram avaliações extremamente positivas do seu governo, como evidencia a Tabela 1.

Tabela 1: Distribuição das avaliações do que foi feito por JK como presidente em diferentes grupos etários. N=450. Rio de Janeiro, 2010.

Avaliação do governo	Jovens		Adultos		Idosos		Total	
	f	%	f	%	f	%	f	%
Mais coisas boas	106	70,7	115	76,7	130	86,7	351	78,0
Mais coisas ruins	10	6,7	14	9,3	5	3,3	29	6,4
Tanto coisas boas quanto coisas ruins	18	12,0	12	8,0	9	6,0	39	8,7
Não sabe / Não lembra	16	10,7	9	6,0	6	4,0	31	6,9
Total	150	100	150	100	150	100	450	100

Quanto a quais teriam sido as coisas boas feitas por JK, cerca de 35% das respostas, em cada um dos grupos etários, indicou “Brasília”, corroborando os resultados da evocação livre. Seguiram-se outras indicações específicas: 14% de respostas “desenvolvimento” entre os jovens, também em concordância com o núcleo central da sua representação; 11% de respostas “industrialização” pelos adultos; 10% de respostas “melhorias para a população” por parte dos idosos.

Por outro lado, quanto a quais teriam sido as coisas ruins feitas por JK, quase 60% dos respondentes não se lembraram de nenhuma. Dentre os demais, a categoria “gastos e dívidas” reuniu 25% das respostas dos jovens, 20% das dos adultos e 16% das dos idosos. Interessantemente, o que se encontrava também em foco em tais críticas era Brasília, pois a maioria dos gastos excessivos e das dívidas contraídas pelo Governo JK se destinaram à construção da nova capital.

A memória histórica do Governo de Juscelino Kubitschek assume também uma feição bastante positiva, quando ele é comparado, em termos da gravidade das crises políticas vividas, com o governo que o antecedeu, de Getúlio Vargas, e com os que o sucederam, de Jânio Quadros e de João Goulart. Nos dois casos, os percentuais de não lembrança decrescem nitidamente dos jovens para os adultos e destes para os idosos. Quanto à comparação com o Governo Vargas, 83% dos idosos, 63% dos adultos e 56% dos jovens lembraram que as crises do Governo JK foram menos graves. O mesmo ocorreu em relação aos Governos Jânio e Jango, para 82% dos idosos, 68% dos adultos e 53% dos jovens.

Se considerarmos que um quadro tão favorável a Juscelino não corresponde exatamente às avaliações produzidas durante o seu governo, como o atestaria uma consulta aos jornais da época, fica evidente que se trata de um resultado presente da construção da memória daquele passado. É já um truísmo que o passado, à medida que se distancia do presente, tende a ser visto como melhor do que realmente foi. Uma tal tendência à idealização, nascida do confronto com as dificuldades atuais, não parece, entretanto,



suficiente ou adequada para dar conta do complexo processo psicossocial de construção e atualização da memória histórica. Se tivesse sido outra a história que se seguiu ao Governo JK e se tivessem sido outros os protagonistas vitoriosos nos fatos que a compuseram, outras poderiam ter sido as memórias pessoais, comuns e coletivas que se articularam para produzir a memória histórica ora evidenciada.

Finalmente, afastando-se de uma mera idealização do passado, verifica-se que, embora isso possa ter acontecido entre os idosos, os outros dois grupos etários se dividiram entre uma avaliação mais positiva e uma algo negativa, quando perguntados se JK cumprira sua fantástica promessa de fazer o Brasil se desenvolver o equivalente a 50 anos durante os 5 anos do seu governo, como mostra a Tabela 2.

Tabela 2: Distribuição das avaliações sobre o cumprimento por JK da promessa de acelerar o desenvolvimento do país em diferentes grupos etários. N=450. Rio de Janeiro, 2010.

Cumprimento da promessa	Jovens		Adultos		Idosos		Total	
	f	%	f	%	f	%	f	%
Cumpriu plenamente ou muito	81	54,0	72	48,0	102	68,0	255	56,7
Cumpriu pouco ou nada	69	46,0	74	49,4	47	31,3	190	42,2
Não respondeu	0	0,0	4	2,6	1	0,7	5	1,1
Total	150	100	150	100	150	100	450	100

De qualquer forma, o fato de que algo simplesmente irrealizável – mais uma retórica do que uma promessa – tenha sua realização confirmada na memória de uma extensa parcela da amostra pede alguma explicação. Provavelmente, contribuíram para essa convicção alguns indícios materiais impressionantes – como a quantidade de “fuscas” que, de um momento para outro, passou a trafegar pelas principais cidades do país – e outros tão simbólicos quanto acidentais, mas igualmente caracterizados pela ousadia e pela competência – como o advento da bossa-nova e a conquista da Copa do Mundo. Finalmente, a construção, em quatro anos, de uma nova capital para um país de dimensões continentais, erigida “no meio do nada” e aplaudida no mundo inteiro como um empreendimento espetacular, inovador e até futurístico, parece completar a orgulhosa impressão de que pelo menos algumas décadas de atraso ou estagnação foram vencidas sob o Governo JK. Em suma, se a realidade do passado e a sua memória discrepam é porque na construção desta os sentimentos desempenham um papel fundamental.

4.3. A memória da construção de Brasília

Começando, como nos tópicos anteriores, pelos resultados obtidos através da análise das evocações livres, são apresentados, na Figura 2, os prováveis núcleos centrais das representações sociais construídas pelos diferentes grupos etários acerca da “construção de



Brasília". Assim como se constatou que Brasília é um elemento central na representação do Governo de Juscelino Kubitschek, verifica-se agora que JK é ele também um elemento central na representação de Brasília. Trata-se, pois, de uma implicação mútua dos dois objetos de representação, razão pela qual JK e Brasília parecem indissociáveis na memória construída acerca dos Anos Dourados.

Quadro 2: Temas evocados com maior frequência e como mais importantes em resposta ao termo indutor "construção de Brasília" por diferentes grupos etários. N=450. Rio de Janeiro, 2010.

IDOSOS		ADULTOS		JOVENS	
Tema evocado	f	Tema evocado	f	Tema evocado	f
Nova capital	31	Niemeyer	38	Niemeyer	51
JK	25	Desenvolvimento	31	Desenvolvimento	42
Desenvolvimento	24	Nova capital	26	JK	36
Niemeyer	23	JK	24	Nova capital	32

Estes resultados evidenciam, de forma ainda mais nítida do que na análise das evocações de JK, que – assumindo os critérios comparativos da abordagem estrutural das representações sociais – idosos, adultos e jovens têm hoje a mesma representação básica da construção de Brasília. Os três grupos etários enfatizam que se tratou da construção de uma nova capital para o país, que ela se deu no bojo do movimento desenvolvimentista dos Anos Dourados, que se deveu à iniciativa de JK e que ela traz a marca arquitetônica indelével de Niemeyer.

Entretanto, como anteriormente, se foi além dessa memória coletiva cristalizada, para buscar dar conta do inteiro problema da memória histórica. Assim, uma série de perguntas foi formulada com vistas ao esclarecimento de alguns aspectos específicos da construção da memória dos primeiros tempos de Brasília. Uma das perguntas se referia à lembrança dos nomes dos principais arquitetos a quem JK encomendou os projetos para a construção da nova capital, cujos resultados são mostrados na Tabela 3.

Tabela 3: Distribuição das lembranças sobre os principais arquitetos responsáveis pela construção de Brasília em diferentes grupos etários. N=450. Rio de Janeiro, 2010.

Arquiteto	Jovens		Adultos		Idosos		Total	
	f	%	f	%	f	%	f	%
Lúcio Costa	1	0,7	1	0,7	3	2,0	5	1,1
Oscar Niemeyer	99	66,0	92	61,3	57	38,0	248	55,1
Ambos	22	14,7	29	19,3	52	34,7	103	22,9
Não lembra	28	18,7	28	18,7	38	25,4	94	20,9
Total	150	100,0	150	100,0	150	100,0	450	100,0



Os resultados indicam a preeminência do nome de Oscar Niemeyer, que projetou os principais edifícios públicos e veio a se tornar um personagem símbolo de Brasília, como evidenciado pela sua presença no núcleo central da representação da construção da cidade. Por outro lado, o arquiteto Lucio Costa, que foi responsável pelo projeto da estrutura global da cidade, não tem seu nome lembrado por si mesmo, mas apenas em associação com o de Niemeyer. Mesmo assim, entre os jovens e os adultos, a lembrança de “ambos” foi mais de três vezes menor que a de Niemeyer sozinho. Somente no grupo dos idosos o percentual relativo aos dois juntos chegou a se aproximar ao da lembrança de Niemeyer, o qual foi, por isso mesmo, menos lembrado sozinho.

Além de Lucio Costa, outros importantes protagonistas da construção de Brasília ficaram relativamente ausentes da sua memória: os operários, que se deslocaram de diversas partes do país para trabalhar nas suas obras e que tiveram sua identidade estabelecida pela denominação de “candangos”. Os percentuais de lembrança dessa designação identitária dos trabalhadores anônimos foram de 19% entre os jovens, de 39% entre os adultos e de 49% entre os idosos. Com certeza, os candangos estão mais presentes nas memórias das suas famílias, muitas das quais constituíram os primeiros habitantes das cidades satélites de Brasília e até hoje lá permanecem. Da mesma forma, Lucio Costa, principal responsável por Brasília ter sido erigida em Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, continua a ser personagem valorizado na memória dos arquitetos brasileiros. Já a memória histórica de uma população, até por uma questão de economia sociocognitiva, só abriga a lembrança de quem se faz continuamente presente na vida, na mídia ou nas comemorações, como é o caso de Oscar Niemeyer.

Por outro lado, as três amostras etárias mantêm na memória a polêmica que acompanhou a construção de Brasília, tanto em termos do apoio recebido quanto da crítica por parte dos políticos, da mídia e da própria população brasileira. A Tabela 4 mostra que entre os jovens e os adultos prevalece a lembrança de que a construção foi mais criticada do que apoiada, o que é apenas algo atenuado na memória dos idosos.

Tabela 4: Distribuição das lembranças sobre o apoio ou a crítica quanto à construção de Brasília em diferentes grupos etários. N=450. Rio de Janeiro, 2010.

Apoio ou crítica	Jovens		Adultos		Idosos		Total	
	f	%	f	%	f	%	f	%
Mais apoiada	46	30,7	43	28,7	57	38,0	146	32,4
Mais criticada	65	43,3	73	48,7	66	44,0	204	45,3
Tão apoiada quanto criticada	10	6,7	9	6,0	18	12,0	37	8,2
Não lembra	29	19,3	25	16,7	9	6,0	63	14,0
Total	150	100,0	150	100,0	150	100,0	450	100,0

A rigor, quase a metade dos respondentes não se lembrava dos argumentos usados tanto pelos que apoiavam a construção de Brasília quanto pelos que a criticavam. Nos três



estratos etários, os que se lembravam apontaram com maior frequência como argumentos a favor, “o desenvolvimento e integração do país” que a nova capital ensinaria e a necessidade de “centralização e segurança da capital”. Como argumentos contrários lembraram principalmente o “custo elevado” da obra e a consideração de que ela “não era prioritária”.

Interessantemente, quando o foco da memória foi deslocado da época da construção para um passado mais próximo, em que a cidade e o seu funcionamento já se achavam consolidados, os depoimentos no sentido de que a transferência da capital para Brasília acabou sendo uma coisa boa reuniram 50% dos respondentes, enquanto os que a avaliam como tendo sido ruim somaram 25%, o mesmo percentual dos que diziam não saber opinar. Convindo que a memória implica ver o passado com os olhos do presente, este resultado sugere a existência de uma condição atual que terá influído na construção de uma memória mais favorável do que desfavorável acerca de Brasília e do presidente a tornou possível.

Finalmente, a tabela 5 mostra as lembranças dos atuais habitantes da cidade do Rio de Janeiro quanto aos sentimentos ou estados de ânimo, quando da transferência da capital.

Tabela 5: Distribuição das lembranças sobre o estado de ânimo da população do Rio de Janeiro devido à transferência da capital em diferentes grupos etários. N=450. Rio de Janeiro, 2010.

Estado de ânimo	Jovens		Adultos		Idosos		Total	
	f	%	f	%	f	%	f	%
Revoltada	34	22,7	33	22,0	34	22,7	101	22,4
Chateada	61	40,7	55	36,7	70	46,7	186	41,3
Indiferente	10	6,7	24	16,0	14	9,3	48	10,7
Até gostou	10	6,7	15	10,0	26	17,3	51	11,3
Não lembra	35	23,3	23	15,3	6	4,0	64	14,2
Total	150	100,0	150	100,0	150	100,0	450	100,0

Verifica-se que apenas pouco mais da quinta parte das três amostras etárias incorporou à sua memória um sentimento de revolta por parte da população do Rio de Janeiro quando este perdeu o *status* de capital federal. Uma proporção bastante maior dos participantes se lembra de que ela ficou apenas “chateada”. Além disso, uma boa proporção dos adultos acha que a população ficou indiferente à mudança da capital e um número semelhante dos idosos acha que ela até gostou. São ainda muitos os jovens e adultos que não guardam qualquer memória quanto às reações da população.

Um eventual confronto com o que aparecia na mídia da época – com todas as vicissitudes que envolveram a criação do Estado da Guanabara e a sua posterior fusão com o Estado do Rio de Janeiro – não autorizaria prever que décadas depois tal época seria lembrada de forma bastante diferente. Ou as notícias e as manifestações políticas de então não correspondiam aos reais sentimentos da população ou novos sentimentos emergiram depois. Ou uma coisa ou outra; ou, quem sabe, ambas.



4.4. As fontes da memória de JK e Brasília

A última pergunta do questionário sobre as memórias históricas articuladas do Governo JK e da construção de Brasília teve por objetivo conhecer os meios pelos quais os participantes tomaram conhecimento dos fatos e informações que vieram se integrar à sua memória daquele passado. Tais resultados encontram-se sintetizados na Tabela 6.

Tabela 6: Distribuição das fontes privilegiadas da memória construída sobre o Governo JK e a construção de Brasília em diferentes grupos etários. N=450. Rio de Janeiro, 2010.

Meios de acesso	Jovens		Adultos		Idosos		Total	
	f	%	f	%	f	%	f	%
Televisão	85	23,7	102	28,7	103	28,6	290	27,0
Jornais	45	12,6	69	19,4	105	29,2	219	20,4
Livros	71	19,8	49	13,8	32	8,9	152	14,2
Professores	83	23,2	41	11,5	16	4,4	140	13,0
Parentes ou amigos	29	8,1	35	9,9	26	7,2	90	8,4
Revistas	14	3,9	32	9,0	28	7,8	74	6,9
Outras fontes	11	3,1	15	4,2	42	11,7	68	6,3
Internet	14	3,9	10	2,8	2	0,6	26	2,4
Cinema	5	1,4	1	0,3	4	1,1	10	0,9
Não sabe	1	0,3	1	0,3	2	0,6	4	0,4
Total	358	100,0	355	100,0	360	100,0	1073	100,0

Nitidamente, a mídia – impressa e televisiva – constituiu a principal fonte para a construção das memórias dos idosos e adultos, tendo sido a mídia impressa (jornais e revistas) mais importante para os primeiros do que para os segundos. Por outro lado, a educação formal – através dos professores e dos livros – constituiu, para os jovens, uma fonte mais importante do que a mídia. O papel da educação foi ainda reconhecido pelos adultos, que, como os jovens, não viveram durante o período.

Duas outras fontes que costumam ser relatadas como importantes na construção de memórias históricas – os parentes ou amigos e o cinema – merecem uma última consideração. A transmissão pela família e grupos de pares teve uma participação modesta, mas não de todo desprezível, na formação das memórias de JK e Brasília. Este, que foi o mecanismo por excelência de manutenção da memória coletiva segundo a perspectiva pioneira de Halbwachs, parece, pois, continuar a exercer sua função no mundo midiático e informatizado dos nossos dias. Quanto ao cinema, ele não teve qualquer papel significativo, simplesmente por serem escassos os filmes que tratam de tais objetos de memória. Sua importância foi, entretanto, aqui demonstrada pelo fato de que 80% dos idosos e 90% dos jovens e adultos se lembram da minissérie “JK”, produzida e exibida pela TV Globo, o que pode ter ensejado, na pesquisa das fontes, um número bem maior de respostas “televisão” do que de respostas “cinema”.



5. Conclusão

Os Anos Dourados e, no bojo destes, o Governo JK e a construção de Brasília constituem uma herança histórica do povo brasileiro à qual se atribui uma inequívoca importância. Seus registros são extensos, numerosos e significativos, indo desde os monumentos, como o Memorial JK e os próprios prédios projetados por Niemeyer, até às minisséries televisivas, passando por uma profusão de textos escritos – em livros, revistas e na *internet* – e de comemorações públicas, como a do recente cinquentenário da cidade de Brasília, devidamente ampliadas pela ação da mídia. Mas isto basta para dizer que os Anos Dourados de JK e de Brasília se reproduzem da mesma forma na memória da população brasileira?

Na perspectiva psicossocial da memória histórica adotada no presente trabalho, a resposta é “não”. Embora, na ausência de tais registros, essa memória simplesmente não pudesse existir, também não haveria como, apenas a partir das suas importâncias – histórica, erudita, simbólica, midiática, etc – e dos seus teores, inferir a organização e os conteúdos da memória que uma população urbana teria efetivamente construído acerca do período, dos seus personagens e dos fatos que então se deram. Para isso, seria necessário acrescentar à familiaridade com as fontes disponíveis de informação uma consulta direta aos membros individuais da população, representantes de seus estratos heterogêneos, quanto ao que eles mesmos lembravam ou conheciam.

É exatamente isto o que foi feito na presente pesquisa. Ou quase isto, porque, numa perspectiva psicossocial, coube não apenas inventariar lembranças e saberes, mas trazer também a foco variáveis de cunho afetivo e valorativo, cuja influência sobre a construção da memória social não pode ser minimizada. Além disso, a pesquisa não concedeu maior importância à imprecisão cronológica demonstrada pelos participantes – ou, quando muito, tentou interpretá-la –, por convir que isto é inerente à memória humana nos contextos informais da vida cotidiana.

Comparada, pois, com a riqueza e a diversidade – polêmica, com frequência – dos registros e traços do passado que alguns chamam de “memória da sociedade”, a memória histórica aqui descrita pode parecer mais pobre e até mais prosaica do que a história do país mereceria. Mas, o que fazer? É esta a memória que foi construída pela população contemporânea, a qual é sempre mais presente ou palpável, do ponto de vista da psicologia social, do que qualquer descrição, por mais objetiva e isenta que se pretenda, da sociedade que ela encarna.

Referências

Abric, J-C. (1994). Les représentations sociales: aspects théoriques. Em J-C. Abric (Org.). *Pratiques sociales et représentations* (pp. 11-35). Paris: Presses Universitaires de France.



- Abric, J-C. (2000). A abordagem estrutural das representações sociais (P. H. F. Campos, Trad.). Em A. S. P. Moreira & D. C. Oliveira (Orgs.). *Estudos interdisciplinares de representação social* (pp. 27-38). Goiânia: AB.
- Aróstegui, J. (2004). *La historia vivida: sobre la historia del presente*. Madrid: Alianza.
- Bartlett, F. C. (1995). *Remembering: a study in experimental and social psychology* (2a ed.). Cambridge: Cambridge University Press. (Original publicado em 1932).
- Dias, A. P., Silva, F. J., Chalegre, R. F., Sá, C. P. & Wolter, R. P. (2011). Sobre a memória social dos anos dourados: fusca, copa do mundo, bossa nova e miss Brasil. *Psicologia: Teoria e Prática*, 13(3): 110-123.
- Halbwachs, M. (1994). *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel. (Original publicado em 1925).
- Halbwachs, M. (1997). *La mémoire collective*. Paris: Albin Michel. (Original com publicação póstuma em 1950).
- Hobsbawm, E. J. (2004). *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)* (M. Santarrita, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1994).
- Jedlowski, P. (2000). La sociología y la memoria colectiva. Em A. Rosa, G. Bellelli & D. Bakhurst (Orgs.). *Memória colectiva e identidade nacional* (pp. 123-134). Madrid: Biblioteca Nueva.
- Jodelet, D. (1984). Représentations sociales: phénomènes, concept et théorie. Em S. Moscovici (Org.). *Psychologie sociale* (pp. 357-378). Paris: Presses Universitaires de France.
- Moscovici, S. (1976). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Moscovici, S. (1984). The phenomenon of social representations. Em R. Farr & S. Moscovici (Orgs.). *Social representations* (pp. 3-70). Cambridge: Cambridge University Press.
- Sá, C. P. (1996). *Núcleo central das representações sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Sá, C. P. (2005). As memórias da memória social. Em C. P. Sá (Org.). *Memória, imaginário e representações sociais* (pp. 63-86). Rio de Janeiro: Museu da República.
- Sá, C. P. (2007). Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. *Reflexão e Crítica*, 20(2), 290-295.
- Sá, C. P. (2009). A memória histórica numa perspectiva psicossocial. *Morpheus*, 14, 91-100.
- Vergès, P. (2003). *EVOC - Ensemble de programmes permettant l'analyse des évocations: manuel version 15 octobre 2003*. Aix-en-Provence: LAMES.



Notas sobre os autores

Celso Pereira de Sá. Professor Titular, Visitante, em atividade no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UERJ. Doutor em Psicologia, pela FGV (1985). Contato: sa.celso@gmail.com

Denize Cristina de Oliveira. Professora Titular, em atividade nos Programas de Pós-Graduação em Enfermagem e em Psicologia Social da UERJ. Doutora em Saúde Pública, pela USP (1996). Contato: dcouerj@gmail.com

Rafael M. C. Pecly Wolter. Professor Visitante, em atividade no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UERJ. Doutor em Psicologia, pela Universidade Paris V (2008). E-mail: rafaelpeclywolter@gmail.com

Renata Vetere. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UERJ. Mestre em Psicologia, pela UERJ (2009). Contato: vetere.renata@gmail.com

Data de recebimento: 03/10/2011

Data de aceite: 17/11/2011